

INVESTINDO NOS PROFESSORES E GESTORES DAS ESCOLAS

Governo tenta corrigir abismo d

- “Ainda estou à procura de alguém que tenha chumbado nos ritos de iniciação” – Zeferino Martins, condenanc
- Lourenço do Rosário diz que caímos na iliteracia e propõe um mergulho ao “País profundo” para se fazer rev

De resto, a prestigiada reforma curricular do ensino primário, introduzida no país em 2004, produziu, em grande medida, resultados contrários aos que se esperava. Ao longo dos últimos anos várias críticas foram feitas a respeito desta filosofia, sobretudo porque as crianças, produto deste currículo, cedo se mostraram demasiadamente deficitárias, sob o ponto de vista das habilidades e do conhecimento. Não sabem ler nem escrever, depois de concluir a 5ª classe.

É que os invejáveis investimentos que vêm sendo feitos na área de infra-estruturas escolares nunca foram acompanhados por um outro investimento na criação de capacidades humanas por parte dos alunos desde o nível primário, embora tal se tenha mostrado relevante desde 1975. Os números, no entanto, foram crescendo de forma esporádica. Por exemplo, o País passou de 600 mil alunos em 1975 para mais de um milhão no ano seguinte. Durante toda a década de 80, em resultado do conflito armado, os efectivos escolares mantiveram-se estacionários em torno dos 1.3 e 1.3 milhões de alunos. Na década de 90, fruto da paz, o número de alunos cresceu para além dos três milhões.

Hoje, o sistema nacional de educação conta com mais de 6 milhões de alunos. Trata-se de números nunca antes vistos e muito provavelmente não estavam nas projecções mais optimistas dos planificadores da educação, tal como afirma Zeferino Martins, que fez parte da equipe que desenhou o actual currículo do ensino primário.

As “passagens automáticas”, embora inicialmente aplaudidas por vários quadrantes, enfrentam o vazio da exigência, daí que os intervenientes do processo de ensino tenham ficado confusos sem saber, afinal, a quem realmente caberá a tarefa de educar os filhos, numa situação em que muitas crianças deixaram de ter, devido a várias razões sociais, o acompanhamento directo por parte dos seus pais ou encarregados de educação.

ALMEIDA OLIVEIRA

O Governo de Moçambique, através do Ministério de Educação e Cultura (MEC), pretende limpar as nódoas que deixou enraizarem-se na sua filosofia das “passagens automáticas”. Reconhecendo a vergonhosa realidade e os seus erros, que resultaram no desenvolvimento de um abismal sub-analfabetismo crescente nos últimos anos, o MEC promete mudar o rumo da educação no país. Assim, vai atacar a má qualidade e letargia dos professores e investir cada vez mais nos gestores das escolas, para além de assegurar outras condições necessárias para pôr fim ao processo de reprodução da ignorância nas escolas.



Como surge a decisão da introdução das “passagens automáticas”

A ideia surge em oposição a uma filosofia pedagógica “terrorista”. Um estudo conduzido por Martins em 1991, constatou que de um total de mil alunos que ingressaram na primeira classe em 1990, apenas 77 concluíram a 5ª classe, sem repetir uma única vez. Entre a 1ª e a 2ª classe perdiam-se 448 alunos por desistência ou reprovação, com maior enfoque para as raparigas.

Sobre este aspecto, outro estudo elaborado em 1990, mostrou que no distrito urbano número um, em Maputo, pelo contrário, onde predomina a classe média, a taxa média de repetência das meninas de 1ª a 5ª classe era de 22,4 por cento e a dos rapazes 25,6 por cento.

Em Nampula a situação era completamente diferente. A taxa média de repelência de meninas no EPI atingia

os 51,6 por cento e a dos rapazes 38,5. O abandono das meninas era dramático: na 1ª classe elas constituíam 43 por cento dos efectivos e na 5ª classe apenas 21 por cento. Para além de altas somas de dinheiro que se despendiam em mesmas pessoas e nas mesmas classes, a situação descrita acima levou o Governo a proceder à

Transformação curricular de 2004

Uma das inovações desta transformação curricular foi a adopção de um sistema de promoção por ciclos de aprendizagem.

Os alunos transitam de um ciclo para o outro depois de reunir as competências básicas que lhes permitam acompanhar as aprendizagens subsequentes no ciclo seguinte. Isto pressupõe a criação de condições de aprendizagem para que todos os alunos atinjam os objectivos mínimos de um determinado ciclo, o

que lhes possibilita a progressão para os estágios seguintes. Diga-se que a intenção do governo não se efectivou, no plano dos factos. O sistema de educação, sobretudo a nível primário vem sendo caracterizado por um privilégio exacerbado de resultados estatísticos, os números colocaram-se acima da qualidade.

Os professores, directores das escolas e outros intervenientes no processo vêm trabalhando, por isso, sob pressão política, ainda que de forma indirecta.

É verdade que a progressão por ciclos, em vigor no País, fundamenta-se no princípio pedagógico que procura respeitar as diferenças nos ritmos de aprendizagem dos alunos, uma vez que eles não desenvolvem as mesmas competências ao mesmo tempo, nem utilizam as mesmas estratégias de aprendizagem.

Aliás, Zeferino Martins, apologista e um dos

proponentes das “progressões por ciclos de aprendizagem” explica que gerações de crianças e jovens em muitos países africanos foram marcados por uma filosofia pedagógica que defendia a “presunção do chumbo: todos estão chumbados até prova em contrário”.

Chumar era norma e passar a excepção. É isto que as “passagens automáticas ou semi-automáticas” vêm corrigir.

Porém, nem todas as cautelas foram tomadas aquando da introdução desta nova filosofia, daí que tudo esteja a decorrer de forma periclitante e desajustada. No entanto, no seminário nacional sobre o processo de ensino e aprendizagem da leitura à escrita, realizado pelo MEC na semana passada discutiu profundamente o vazio das habilidades criado pela nova filosofia e propôs-se a limpar as nódoas da mesma.

Filosofia do chumbo é contrária à educação tradicional moçambicana

Zeferino Martins acredita que a “filosofia do chumbo” é uma visão contrária àquilo que é a cultura pedagógica genuinamente moçambicana. Afinal, na educação tradicional Moçambicana não há repetência. As crianças e os jovens não obtêm ajuda para aprender e os seus mestres são facilitadores.

“Ainda estou à procura de alguém que tenha chumbado nos ritos de iniciação”, vincou a fonte, antes de questionar se “não será principalmente por causa da língua que não se chumba nos ritos de iniciação?”.

O facto é que a muito contestada política de avaliação, que assenta na progressão por ciclos de aprendizagem, precisa de ser acompanhada por um conjunto de outras acções que melhorem o desempenho do professor; a redução do tamanho das turmas; o aumento do número de horas lectivas; a melhoria da gestão dos estabelecimentos de ensino; a introdução da prática de acompanhamento dos alunos e superação das dificuldades, entre outras.

De outro modo, o crescimento dos efectivos escolares tem que ser necessariamente acompanhado por um crescimento correspondente dos recursos financeiros que não se devem cingir a salários, sob pena de a qualidade de ensino decair para níveis perigosos.

Nesse sentido, Martins vê uma luz no fundo do túnel. A notícia é que as taxas de nascimentos e as de mortalidade estão a conhecer ligeiras reduções, começando-se a desenhar uma transição demográfica. A ser assim, “nos próximos anos talvez não seja necessário investir tanto quanto hoje em infra-estruturas, reorientando-se importantes recursos para despesas não salariais”.

As "passagens automáticas"

o severamente a filosofia pedagógica baseada no chumbo
ver a história heróica e a mitologia nacionais

Lourenço do Rosário é por uma educação que desenvolva as habilidades dos alunos

Como que a concordar com Zeferino Martins, o académico Lourenço do Rosário não vê mal nenhum na filosofia das progressões por ciclos de aprendizagem. O que condena, contudo, é a forma como esta filosofia foi implementada no país, tudo feito às pressas e sem medir as consequências. Preocupa a Lourenço do Rosário a falta de habilidades nos alunos produto dessa filosofia pedagógica.

Toma como exemplo, uma comunidade rural formada por caçadores. Aqui, de resto, todo o ritual de preparação de mais uma jornada para a caça é feito com base na leitura de diversos sinais. A aprendizagem da decifração desses sinais ocorre desde a nasença da criança através dos vários rituais dos ciclos iniciáticos de passagem.

Depois da aprendizagem no foro familiar, os aprendizes passarão para o público social onde, conforme a idade, vão sendo introduzidos nos ciclos subsequentes, devendo para tal, suplantarem provas devidamente determinadas. É com base no êxito nessas provas que os membros da comunidade de caçadores se vão classificar na hierarquia cinegética e não só. Cada um deve poder exercer a sua tarefa, cabendo-lhe ler os sinais que encontra no exercício das suas funções, assim, o chefe da aldeia, o chefe dos caçadores, o feiticeiro, os pisteiros, os atiradores e os animais auxiliares, tais como os cães, bem como os bobos e os animadores comunitários. Cada um vê, sente, cheira, ouve, conforme os sinais que a natureza lhe apresenta, física ou metafisicamente, os quais foi aprendendo como decifrá-los. Cada um, necessariamente, se obriga a observar esses sinais, analisá-los e interpretar os possíveis sentidos que transportam, opinar em conformidade, influenciando assim as decisões individuais ou colectivas no sentido de execução ou não das tarefas



que a cada membro compete.

Lourenço do Rosário diz que no nosso caso, porém, o que acontece é que os alunos ou aprendizes passam ao lado dos conteúdos do conhecimento, em todos os níveis de aprendizagem, quedando na iliteracia.

Alfabetização deve ser conjugada com a literacia

A nossa fonte explica que a alfabetização não é tudo. Ela, seja de adultos, mas sobretudo de crianças no sistema escolar, não é mais do que uma etapa das várias e múltiplas etapas que os diversos ciclos estabelecem para dar aptidões aos membros da nossa comunidade de modo a poderem caçar os animais de que a própria comunidade necessita, por isso a pertinência da literacia.

Apesar de conseguirem descodificar palavras, frases, até ler textos, um grande número das nossas crianças e adultos não consegue reter nem usar a informação contida nos textos. Se somarmos as diversas incapacidades individuais e

verificarmos que esses mesmos indivíduos se comportam da mesma forma se forem agrupados em idade, origem social ou espaço, escola ou famílias, chegaremos a conclusão de que a iliteracia, embora por vezes possa manifestar-se individualmente, ela tem estado a tomar conta de vários segmentos da nossa sociedade.

O discurso político enfatiza bastante as estatísticas de combate pela diminuição dos analfabetos na população, partindo do princípio de que alfabetização concede competências para maior e melhor acesso ao conhecimento, na perspectiva de que saber é oposto ao não saber ler, sem ter em conta de que saber ler não é apenas saber decifrar as letras de um texto.

Por um lado, prossegue do Rosário, estamos a aprender fazendo, para construir os fundamentos do nosso Estado. E este fazendo acontece em grande parte com um considerável défice de referências conceptuais próximas, o que nos deixa com muitos flancos abertos. "Esta situação faz de nós,

principalmente aqueles que devem lançar bases estratégicas para que o colectivo veja quais as vias a seguir, verdadeiros Aquiles, isto é, somos heróis, mas com o calcanhar vulnerável", lamenta.

Cultivar o gosto pela leitura e resgatar nosso imaginário heróico e nossa mitologia

O académico que temos vindo a citar entende que o gosto pela leitura deve começar no seio familiar e social em que a criança se encontra inserida e tal não tem nada a ver com a alfabetização ou não.

É que, segundo ele, a criança pode não estar ainda alfabetizada, mas o contacto com o livro, sobretudo o ilustrado, introdu-lo no mundo do reconhecimento dos deuses e mitos. As comunidades de transmissão oral são aquelas que melhor desenvolvem esta prática através dos vários momentos rítmicos ou ritualísticos em que a narrativa ou a gesta encenada introduz a criança pouco a pouco ao mundo da história, da cultura, da economia e dos valores

metafísicos do grupo.

história, da cultura, da economia e dos valores metafísicos do seu grupo, aprendendo etapa a etapa como decifrar os sinais que vão surgindo no seu caminho, isto é ler.

A escola do sistema do nosso país deve poder incorporar também os modelos praticados pelos nossos compatriotas do sistema oral, devidamente adaptado, para além dos modelos que as ciências pedagógicas da escola ocidental nos apresentam.

Assim, há necessidade de se reconstruir e sistematizar a mitologia nacional. Para isso, é importante que um trabalho de definição do perfil dos nossos mitos seja estabelecido de modo a identificarmos os ícones que referenciam os modelos que representam os nossos heróis históricos e míticos.

A consolidação da mentalidade da valorização dos nossos modelos passa por uma ampla e constante divulgação do nosso imaginário heróico através de figuras históricas e míticas que simbolizam a saga da nossa origem, de construção da nossa identidade, da

tenacidade na busca de valores práticos, morais e éticos, na luta permanente entre o bem e o mal. A consagração deste universo mitológico deve efectivar-se de uma forma constante e consequente desde a primeira infância.

Afinal, o processo de globalização por via da mitologia imposta pelas nações mais poderosas, pode ser verificada nos tempos modernos em que através da poderosa Holding Disney, mais heróis passam a povoar o imaginário de todos nós.

Perante esta realidade; contudo, a nossa fonte entende que nas nossas aldeias, as comunidades ainda estão fora do alcance destes ventos. Ali, nos encontramos num sistema mitológico nosso e ainda a funcionar, daí que "temos que ir ao encontro do País profundo, onde se encontra a principal matriz da nossa cultura".

Realmente, o espírito patriótico e a cultura de auto-estima não podem manter-se apenas ao nível do discurso político. As nossas crianças, adolescente se jovens devem ser atraídos aos lugares de aprendizagem e lazer onde encontrem matérias que falem de nós e das nossas coisas. Assim, as ludotecas e bibliotecas serão verdadeiros centros culturais onde se irá com prazer para se ouvir, ler, ver, sentir a moçambicanidade.

Do Rosário, explica que aos milhões de crianças do "País profundo" falta-lhes enquadramento no sistema, desde a primeira infância. Enquadramento quanto à História, à Geografia, à Sociedade, ao Meio ambiente e à Língua. Quando entram no 1º ciclo de escolaridade obrigatória encontram muitos obstáculos que deveriam ser previamente resolvidos como educação infantil.

Portanto, actualmente o acesso à Leitura, à escrita e à Aritmética constituem-se em exercícios absolutamente penosos e detestáveis.

"Hipoteca-se, assim, o desenvolvimento do gosto por essas matérias que são a base de enquadramento de todo o jovem na sua sociedade", condena Do Rosário.